

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

“Fantástica Fábrica de Automóveis”: Um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia*

André Luis Santos Silva¹

Resumo

Numa tentativa de denunciar as novas formas, vis e desumanas do processo produtivo, fomentadas pela inseqüente, voraz e depredatória necessidade de acumulo do capital, às quais se encontram subjugados os novos “proletariados”, retornamos à fábrica, símbolo máximo que reflete a consolidação do sistema capitalista. É na nova fábrica que atualizaremos antigos conceitos de modo a mostrarmos este novo e cruel capítulo da história operária que se desenlaça diuturnamente a custa de um trabalho precarizado, doente e indigno.

Palavras-Chave: Ford, Camaçari, Precarização, Trabalho, Doença ocupacional.

Abstract:

In an attempt to denounce the new forms, vile and inhuman of the production process, prompted by the inconsequential, voracious and destructive need of capital accumulation, that subjugated the new "proletariat", we return to the factory, the maximum symbol that reflects the consolidation of the capitalist system. It is in the new plant that we will update the old concepts in order to show this new and cruel chapter of the working history that happens daily in function of a precarious, sick and unworthy work.

Key-Words: Ford, Camaçari, Precarization, Work, Occupational Disease.

* Este texto é dedicado ao companheiro Álvaro Arcaño dos Santos Filho (36 anos), ex-funcionário do Complexo Industrial Ford Nordeste, falecido em julho de 2007, vítima de um acidente de trabalho.

O presente texto é o resultado do trabalho de Iniciação Científica do grupo de pesquisa “Mundo do Trabalho”, no ano de 2007, da Faculdade Ruy Barbosa em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Agradecemos aos trabalhadores do Complexo Ford Nordeste que participaram das entrevistas, pela disponibilidade e paciência, assim como a profa. Jaira Capistrano, (orientadora e amiga), aos colegas de Iniciação Científica, a Dra. Mariengrácia da FUNDACENTRO, ao FETIM (Federação Estadual dos Trabalhadores Metalúrgicos) e, especialmente, a Ford, por não ter nos recebido. Sem vocês, não teríamos este trabalho!

¹ Atualmente é aluno do 5º semestre do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, ex-aluno do Programa de Iniciação Científica – PIBIC.RUY 2007.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

“(...) Vovô José se ajeitou, apoiou os dedos magros nos joelhos de Charlie e murmurou: – Mas o maior mistério de todos são as sombras que aparecem nas janelas da fábrica. Da rua da para ver pequenas sombras escuras se movendo por trás das vidraças. – Sombras de quem? – perguntou Charlie ansioso. – É exatamente isso que todo mundo gostaria de saber (...)”.

Roald Dahl²

Introdução

As novas transformações sistêmicas e conjunturais, estimuladas, ou mesmo desenvolvidas pela remodelação estrutural do capitalismo, têm escrito com o suor de milhões de trabalhadores um novo e assustador capítulo da História Operária. Um capítulo marcado pela precarização contínua e progressiva das condições de trabalho, pelo aumento da exploração do trabalho vivo (ainda que este seja insistentemente renegado pelos estudiosos adeptos à “teoria pós-moderna”), pela pulverização da força sindical, assim como pelas atuais e desconcertantes doenças do trabalho.

Tendo em vista todas essas complicações geradas a partir do “acirramento” das condições impostas pela Modernidade, nos debruçamos sobre o tema em questão, compromissados com uma ciência que recusa de toda sorte sua aclamada neutralidade, com objetivo de esclarecer e denunciar a realidade do cotidiano fabril. Para tanto, haja vista a abrangência do nosso universo investigativo, buscamos ser específicos através de um recorte epistemológico e assim, nos ativemos às condições de vida e de trabalho dos operadores do “chão-de-fábrica” da Ford instalada no município baiano de Camaçari.

Voltamos à fábrica cujo sentido iconográfico representa de sobremaneira o princípio da sedimentação do sistema capitalista de produção para mostrarmos, através da crise que tem atingido o referido sistema, suas superações dialéticas negativas que podem bem ser observadas na transformação do modelo de produção fordista/taylorista para o toyotista. De mesma forma, atentos a nova dimensão do trabalho (e aqui incluímos a flexibilização das normas trabalhistas), buscamos identificar o novo perfil dos sindicatos numa tentativa de inseri-lo e contextualizá-los na estratégia do capital, bem como estabelecer uma relação lógica cada vez mais estreita entre produção e precarização no interior da fábrica.

² (DAHL, 1998)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Como consequência, procuraremos entender de que forma os novos parâmetros de produção, o *just-in-time*, os CCQs, o *kanban*, podem funcionar como verdadeiros instrumentos de exploração, tortura e humilhação, que são capazes de desenvolver nos trabalhadores as mais complexas e delicadas doenças ocupacionais.

É, por tanto, pela vontade, de denunciar as atrocidades deste novo mundo do trabalho, que nos preparamos para entrar nesta “fantástica” fábrica. Talvez não como fez o garotinho imaginado por Roald Dahl, haja vista que não alimentamos sonhos e deslumbramentos diante das “possibilidades” instituídas pelos “avanços” tecnológicos. Este artigo, muito embora pretenda ser um bilhete dourado, como o de Charlie, deverá nos permitir conhecer outra história que circula pelos corredores desta fábrica: aquela que é contada por seus trabalhadores invisíveis.

1. – A Nova Morfologia do Trabalho

Fordismo/Taylorismo

Em princípios do conturbado último século, dois homens que fizeram do trabalho sua maior e quase que exclusiva motivação de vida, transformaram a maneira de pensar e de agir dos burgueses de sua época. Estes foram Frederick Taylor e Henry Ford que através da “gerência científica”³ e da “linha de montagem” deram origem a uma nova cultura do trabalho cujo fim sempre foi o de atender as exigências históricas de um novo momento do capitalismo.

Esta nova cultura trazia a idéia de que, como aponta Gramsci, o trabalho deveria transcender o chão de fábrica para se constituir enquanto modo de vida marcado pela racionalidade através da “capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre os trabalhadores”⁴. E isto por que, o trabalho estaria essencialmente ligado a determinado modo de ser, de sentir, de viver, do próprio trabalhador. É, por tanto, fundamentado nesta lógica pessoal/profissional de ser que o fordismo/taylorismo encontrou,

³ Princípios administrativos organizacionais também conhecidos como “Administração Científica”.

⁴ (Gramsci *apud* Borges e Druck, 1993).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

através de circunstâncias históricas, o seu berço em terras americanas e bem se desenvolveu aliado a uma política intervencionista do governo Roosevelt, com a pretensão keynesiana, com o New Deal e seu incipiente Estado de Bem-Estar Social.

Foi assim que, a nação que emergiu e consolidou seu emblemático título de potência mundial no pós-guerra, alavancou um modelo de desenvolvimento que, como entendido pela Escola Regulacionista⁵ repousa sobre um tripé formado por: um modelo de organização do trabalho; um regime de acumulação e um modo de regulação.

Um modelo de organização (ou “paradigma tecnológico” ou “modelo de industrialização”), que se daria por meio de uma série de princípios gerais que governam a organização do trabalho e que englobaria não só as formas de organização no interior do ambiente fabril (maior parcelização e divisão de tarefas), como a forma de divisão que acontece entre as empresas (verticalizada, hierarquizada). De outra sorte, o regime de acumulação corresponderia a uma lógica dada pelas leis macroeconômicas que descrevem uma evolução conjunta das condições de produção e das condições da demanda. E, por fim, o modo de regulação seria uma combinação de mecanismos capazes de realizar ajustes em comportamentos conflituosos dos indivíduos com os princípios do regime de acumulação.

Estas formas de ajustes seriam a princípio muito simples e poderiam se desenvolver no meio social através da criação de novos hábitos, da disponibilidade de emprego, dos níveis de salário e renda, bem como, com o auxílio de instrumentos institucionalizados, quais sejam, regras de mercado, legislações específicas, flutuação do câmbio, taxas de inflação. Assim, o que se tinha era um regime de acumulação que se originava como “o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação sobre a base de um modelo de organização do trabalho”⁶.

Este regime que cresceu e se desenvolveu durante a entendida “era de ouro” vivida pela nação norte-americana marcada por um período de crescimento econômico e de uma

⁵ A Escola da Regulação reúne uma série de trabalhos de autores franceses: Aglietta (1979), Lipietz (1986), Boyer (1986), Coriat (1979), que “formularam sobre este novo padrão de acumulação, baseados em Gramsci (embora nem sempre explícitos sobre esta inspiração), o que denominam de um “novo modo de regulação” (Druck, 1986: 51).

⁶ (Lipietz apud Gounet, 1992).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

prosperidade jamais vista, encontra após a Revolução Russa e a nova configuração global em 1945 uma necessidade de se auto-afirmar mundialmente (enquanto modo americano de trabalhar e de viver) para fazer frente ao novo modelo russo. Assim, viu-se surgir o *welfare state* que se apresentou em contraposição aos movimentos e reivindicações operárias e, de mesma forma, observou-se a expansão do fordismo/taylorismo que se espalhou pelo mundo ultrapassando as fronteiras americanas⁷.

Na condição de modelo de desenvolvimento correspondente a determinado momento histórico do sistema capitalista, o fordismo/ taylorismo sobreviveu durante o tempo em que foi necessário. Foi nos fins dos de 1960 com a saturação do mercado pela produção em massa, com as manifestações estudantis e operária, com o “choque do petróleo” em 1973, a desvalorização do dólar e a concorrência estrangeira (que acarretaram a exorbitante subida dos índices inflacionários norte-americanos e a mais dramática crise do sistema capitalista desde a quebra da bolsa em 1929), que o fordismo começou a desaparecer no cenário mundial. Era o sistema capitalista que havia encontrado a sua dialética negativa, levado por uma crise estrutural e que, naquele instante já não podia depender mais das “esteiras de produção”.

Com os sintomas de esgotamento do fordismo/taylorismo, novos modelos e experiências começam a surgir para suprir as novas exigências do capital. Dentre estes, apontamos a “proposta” de divisão flexível (que aconteceu na Terceira Itália), muito discutida por Piore e Sabel, o desenvolvimento industrial sueco, o caso da Alemanha ocidental e o modelo japonês (Toyotismo). Sobre este último, nos ateremos no adiantar de nossas reflexões.

Toyotismo: o “*Japonise way of life*”.

Além do término da segunda guerra mundial, além de duas inaceitáveis bombas americanas, sobre as terras japonesas, eclodiu de maneira significativa (através de maciços investimentos) toda a força e o poderio econômico do capitalismo. Obviamente que, a

⁷ No Brasil, ainda que os “primeiros sintomas” já pudessem ser identificados desde os anos 20, foi mesmo com o governo Vargas que, com seu autoritarismo e sua legislação populista, conseguiu conciliar as principais questões entre o patronato e o operariado nacional, propiciando desta forma o desenvolvimento do fordismo brasileiro, apontados por alguns sob o título de “fordismo periférico”.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

tentativa de reconstrução ou, mais do que isso, de radical transformação do país de cultura milenar, não se deu por motivos de remorso ou de solidariedade ante ao estado de calamidade que se encontrava o Japão ao final da guerra.

Acontece que, a “praga” vermelha, como então a consideravam os líderes do movimento cartista da década de 1950, desde a Revolução Bolchevique vinha se espalhando rapidamente pelo leste asiático. E, como o surgimento de novos regimes comunistas representava uma drástica diminuição de mercado e uma conseqüente ameaça ao sistema capitalista, os Estados Unidos, então máximos representantes deste modelo de produção e apropriação, entenderam que seria oportuno alavancar o pleno desenvolvimento de um “cordão sanitário” que fosse capaz de barrar o avanço socialista. Assim, reconstruíram o Japão.

Nesta época, junto com os significativos investimentos americanos (como se pode observar na área da microeletrônica), chegaram ao Japão os primeiros sinais do *american way of life* e, com estes, o “jeito fordista de produzir”. Todavia, como observados por muitos autores, a implantação do fordismo em outros países, como bem se poderia prevê, sempre esteve sujeito às mudanças e às adequações sócio-históricas de cada país. Estas nascidas em decorrência dos fatores circunstanciais que determinaram a configuração societal de cada nação, ou a formação social e as peculiaridades históricas de cada povo.

Assim, também no Japão, o fordismo, que em princípio encontrou um sindicalismo combativo e uma cultura de organização e gestão milenar precisou se remodelar. De acordo com Coriat⁸, quatro medidas foram tomadas para que pudessem viabilizar essas transformações. Em princípio ocorreu a introdução, na indústria automobilística japonesa da experiência do ramo têxtil dada pela necessidade do trabalhador operar várias máquinas ao mesmo tempo (trabalhador multifuncional). Em seguida, precisou a empresa responder a crise financeira aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores. De mesma sorte, fora necessária “a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram

⁸ (Coriat *apud* Antunes, 2000).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

origem ao *kanban*⁹ (idéia de produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo. E, por fim, a expansão do método *kanban*¹⁰ para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Desta forma, como o Taylor e Ford que criaram conceitos de organização do trabalho, Ohno (engenheiro idealizador da Toyota, considerado pai do toyotismo ou ohnismo) criou “novos conceitos para uma nova fase da produção em massa, agora marcada pela diferenciação, flexibilidade e incerteza”¹¹. Esta nova fase que é voltada para atender as necessidades de um mercado interno que solicita produtos diferenciado, é entendida por Gounet “como uma resposta à crise do fordismo dos anos 70”¹². Isto por que, o trabalho torna-se qualificado, polivalente, integrado (não mais individualizado como na linha de montagem) e, “ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na seqüência da sua linha”¹³.

É a idéia de que, com o toyotismo desaparece o trabalho simples, repetitivo, monótono, embrutecedor. Em contrapartida, a plena satisfação das fantasias do consumo eleva à índices exorbitantes o nível de exploração no ambiente fabril (numa combinação ultra-eficaz do *kaizen*¹⁴ com o *kanban*), a ponto de desenvolver uma série de novas doenças relacionadas ao trabalho, como no caso do *karoshi*¹⁵ como aponta Watanabe.

Concluimos que a disseminação do chamado “japonismo” pelo mundo (assim com o americanismo, sempre sujeito a adaptações locais e regionais), trouxe consigo, não só a falência do Estado Providência pelo mundo (vide os dados significativos do desemprego na “velha Europa”) como uma série de incertezas para este período de acirramento da

⁹ (Antunes, 2000).

¹⁰ “Segundo Coriat, o método *kanban* já existia desde 1962, de modo generalizado, nas partes essenciais da Toyota, embora o toyotismo, como modelo mais geral, tenha sua origem a partir do pós-guerra” (Antunes, 2000).

¹¹ (Coriat *apud* Druck, 1999).

¹² (Gounet *apud* Antunes, 2000).

¹³ *Idem*.

¹⁴ A idéia do *kaizen* é uma filosofia japonesa aplicada à administração de negócios e produção (...). Mas a essência do *kaizen* é simples e direta: *kaizen* significa melhoria (...). Melhoramento contínuo, envolvendo a todos” (Toyota, *apud* Lima, 2006).

“*Kaizen* serve para indicar os trabalhadores desinteressados, localizar pessoal em excesso e, sobrecarregando os operadores com novas tarefas, diminuir o tempo, intensificando o trabalho e possibilitando pressões de toda ordem” (Lima, 2006).

¹⁵ “O *karoshi* é o termo japonês que se refere à morte súbita no trabalho, provocada pelo ritmo e intensidade que decorrem da busca incessante do aumento da produtividade” (Watanabe *apud* Antunes, 2000).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

modernidade. Desta forma, a introdução dos Círculos de Controle de Qualidade, a nova divisão flexível do trabalho, o “flexitempo” e, principalmente a brutal transformação do antigo sindicalismo combativo, deixou marcas significativa na história operária, como veremos a seguir.

A Crise do Sindicalismo

A crise do fordismo, a falência do *welfare state* e a conseqüente difusão das novas propostas de reestruturação produtiva, trouxeram consigo, além do que já fora abordado neste artigo, um aparente esgotamento das políticas sindicais combativas bem como o fim de toda uma proposta verticalizada de organização dos sindicatos. O sindicalismo revolucionário do efervescente final do século XIX, como aponta Hobsbawm¹⁶, que nasceu de insatisfações industriais acumuladas que explodiram sob a forma de lutas políticas e greves bem-sucedidas, acompanhando os novos ventos, adaptou-se e hoje, cada vez mais adepto às negociações com o patronato, passou a seguir uma tendência mais e mais neocorporativista.

Esta tendência, largamente disseminada pelo toyotismo que deu origem aos tais “sindicatos de empresa” e as Câmaras Setoriais encontra hoje, em parte, seu fundamento na avassaladora pobreza, assim como nos altos índices de desemprego que assolam os países neoliberais. Os níveis crônicos da miséria, atualmente, impulsionam o movimento sindical numa direção de busca e defesa do emprego para o trabalhador que deve se contentar minimamente em estar empregado.

A concorrência, por tanto, gerada entre trabalhadores horrorizados com os números cavalares do desemprego, alicerçada às novas políticas empresariais que visam estimular no trabalhador, através de artifícios ideológicos, um sentimento de lealdade para com as corporações, pulverizou o sentido de unidade da classe trabalhadora. Desta forma, as antigas reivindicações salariais, que agora malmente suprem os reajustes inflacionários e as greves por melhores condições de vida e de trabalho, reduziram-se a manifestações cada vez mais classistas, esparsas e menos numerosas.

¹⁶ (Hobsbawm, 2005)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

No Brasil, esta remodelação do movimento sindical melhor observada a partir do governo Collor¹⁷, representa um grande obstáculo para a superação dos dilemas nascidos do choque entre as classes. É sob esta perspectiva, de total fragilidade do trabalhador, que podemos compreender, ainda que não aceitar, a lógica da “flexibilização” das leis trabalhistas assim como o *estímulo estatal* ao aumento e intensificação da exploração do operariado.

A crise do sindicalismo é, destarte, apenas mais um dos sintomas do processo de reestruturação produtiva que, no entendimento do prof. Mészáros¹⁸, se utiliza de instrumentos ideológicos sutis que são capazes de envolver a todos nós. Foi, por tanto, motivados pela real necessidade de nos desvencilharmos destes instrumentos (ainda que em parte), que temos feito até então um apanhado geral sobre a nova morfologia do trabalho.

Agora, uma vez tendo sido aquilatada parte das transformações do capital e das remodelações do movimento sindical, que vergonhosamente atingem a “materialidade e a subjetividade do ser que vive do trabalho”¹⁹, podemos nos dizer prontos para entrarmos na fábrica. Prontos para ultrapassarmos os portões de ferro, para encontrarmos o Sr. Wonka e para lhe dizermos “umas boas verdades”!

2. – No Interior da Fábrica

“Desfordizando” a Ford

Houve uma época em que um homem que adorava consertar relógios, Henry Ford, perambulava atentamente pelos corredores de sua fábrica admirando a magnitude de sua obra. Naquele tempo, é provável, enquanto passeava despreocupadamente pelo interior de sua enorme criatura, talvez se admirasse, o próprio Ford, com as dimensões daquele império

¹⁷ Uma vez que a união da sociedade civil contra a ditadura não permitiu que se potencializasse uma tendência à fragmentação de uma classe trabalhadora ativista representada pelo “novo sindicalismo”. (Boito *apud* Druck, 1999)

¹⁸ (Mészáros, 2004)

¹⁹ (Antunes, 2000)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

monolítico de bases sólidas e inflexíveis, simbolicamente representado pela cor preta dos automóveis que produzia²⁰.

Aquela fábrica, que surpreendeu os mais incrédulos investidores, que modernizou conceitos capitalistas e que espalhou pelo mundo um jeito americano de produzir, já não é a mesma. E isto por que, o tempo já não é o mesmo, as circunstâncias históricas agora são outras, e, por que, de toda a sorte, as coisas já não são iguais.

A criatura imaginada por Ford precisou adaptar-se seguindo o rumo traçado pelo próprio capital em seu processo de reestruturação produtiva, sob pena de ser dragada pelas reais contradições da imperfeita estrutura. A Fantástica Fábrica fugiu às crises, não sem se abalar, e cresceu assustadoramente uma vez tendo incorporado à sua essência as novas idéias vindas do oriente. O Complexo Industrial Ford Nordeste é a prova viva disto.

Utilizando-se de um conceito inovador, o “condomínio industrial”²¹, a unidade produtiva de Camaçari (o projeto Amazon), que conta com a participação de fornecedores diretamente na linha de montagem e no processo de produção, atingiu a apologética condição “de uma das mais modernas fábricas” dentre as 140 unidades espalhadas pelo mundo.

Diferentemente do que se tinha na velha indústria, não se trata mais de um grande conglomerado vertical que incorpora à imagem de sua marca vários setores da produção industrial automobilística que iam das minas de carvão e ferro às empresas responsáveis pelos

²⁰ É historicamente conhecido que os carros produzidos pela Ford, em princípio, tinha a peculiar característica de serem todos na cor preta. Isto se dava, primordialmente, em função do baixo custo da produção do carro nesta cor (em comparação com as demais) uma vez que, uma mesma linha de montagem, pouco flexível, não admitia que se produzissem carros em cores distintas. Esta singularidade foi mesmo imortalizada nas palavras do idealizador da fábrica que certa vez proferiu: “Os nossos clientes podem ter o carro na cor que quiserem, contanto que esta seja preta”.

Este pensamento fordista do começo do último século (essencialmente condizente com os objetivos da fábrica daquela época que eram: produzir muito e vender a preços razoáveis) foi um dos responsáveis pela “crise da demanda” ou a saturação do mercado que acometeu o sistema capitalista e o levou à “crise de superprodução”. Os consumidores, cansados dos carros pretos, passaram exigir da fábrica modelos mais flexíveis e adequados à nova realidade.

Atualmente, a unidade produtiva de Camaçari lança ao mercado modelos mais variados, como no caso do “Ecosport 2008” que pode ser adquirido em oito opções de cores diferenciadas, bem como, nas versões: XL, XLS, Freestyle; além das que apresentam computador de bordo e controle de rádio na coluna de direção: o 4WD e o 2.0 L XLT.

²¹ (Rosandiski, 2002)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mínimos detalhes referentes à pintura e estamparia dos carros²². A nova fábrica que combinou a idéia das relações horizontais mais avançadas entre os fornecedores com uma espécie de verticalização e relação cooperativa entre sistemistas pode então se manter numa posição favorável no mercado internacional.

Destarte, trabalhando como uma grande família, a Ford, que tem o suporte de suas 32 duas sistemistas (Autometal, Ferrolene, Kautex, Textron, Lear, Colauto, Pirelli, Dow...) alcançou uma surpreendente produção diária estipulada em torno de 912 carros por dia, numa média aterrorizante de um carro lançado no mercado a cada 80 segundos.

Tal processo de modernização que atende às exigências da chamada revolução tecnológica, como já vimos, foi necessário à Ford para que ela pudesse fugir à crise, assim como, para que conseguisse aumentar significativamente os ganhos reais de seus acionistas.

Just-in-time: o princípio da sobrecarga e intensidade do trabalho.

Se pudéssemos identificar um princípio basilar que caracterizasse de toda a sorte o processo de modernização pelo qual vêm passando as indústrias automobilísticas, e que igualmente representasse a cisão imediata com o fordismo, nós apontaríamos o *Just-in-time*. Este princípio talvez tenha sido o grande responsável pela “desfordização” da Ford e suas inúmeras conseqüências que podem bem ser identificadas no Projeto Amazon.

A Unidade produtiva de Camaçari, com seus arranjos logísticos, pôs fim aos arroubos megalomaniacos de seu idealizador, desarticulando definitivamente os grandes estoques nascido da produção de massa. Ao contrário do que teria acontecido à bem pouco tempo histórico, caso fosse vivo, Henri Ford já não encontraria pátios superlotados com carros pretos de mesmo modelo. Hoje, o consumo dita as regras da produção, determinando a variabilidade e a diversificação dos produtos produzidos pela empresa. Desta forma, a fábrica já não busca

²² Uma vez tendo passado pelo processo de reestruturação produtiva, a indústria automobilística em geral vêm incorporando cada vez mais, ao rol de princípios das empresas de manufatura, o conceito de “abordagem modular”. Este prevê “a utilização de fornecedores externos para obter os componentes grandes do produto, que em seguida são montados em um produto final, otimizando o tempo da produção e aumentando a margem de lucro das empresas”. (Daft, 2000).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

saturar mercados, mas obter o melhor aproveitamento possível do tempo da produção, sustentada na existência do estoque mínimo.

Trata-se, como bem indica Antunes, duma inversão de todo o processo. Começa-se pelo fim, com a venda do carro a qual irá ativar todo um sistema de reposição, tal qual acontece nos supermercados (esta prática é identificada na filosofia japonesa pelo nome de *kanban*). Com base neste entendimento, podemos compreender a lógica e o funcionamento do Complexo Industrial Ford Nordeste com seus 912 carros diários, devidamente absorvidos pelo próprio mercado antes mesmo de sua fabricação.

Atualmente, os únicos veículos armazenados no interior do Complexo são aqueles prontos para serem transportados pelas dezenas de cegonhas que adentram a fábrica ao longo de todo o dia e que já possuem destino certo. Esta prática têm diminuído os riscos da empresa relacionados à prejuízos decorrentes de sua antiga inflexibilidade para com o mercado e aumentado a precariedade das condições de trabalho/vida de seus funcionários.

Os números da precarização em Camaçari.

Como já vimos anteriormente, a reestruturação produtiva do mundo capitalista tem como uma de suas mais importantes características a precariedade das formas de vida daqueles que vivem do próprio trabalho. Esta precariedade que, como bem observamos é um processo geral de bases pós-fordista e que foi estabelecida em etapas (através de intervenções legislativas que, de pouco em pouco, vieram provocar a derrocada de todas as garantias conquistadas pelo trabalhador fordista) está intimamente relacionada com os novos princípios que regem a produção.

No Complexo Industrial Ford Nordeste, como já o imaginávamos, (dada à condição e abrangência histórica do processo de reestruturação produtiva) a realidade não é outra, senão aquela que até então temos buscado esboçar ao longo deste texto. Trata-se, portanto, de mais uma das facetas eficientes do capitalismo atual que prevê a fabricação acentuada de veículos mais modernos (1 a cada 80 segundos), que atendem as novas necessidades da demanda, e são produzidos as custas de trabalhadores miseravelmente expropriados.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Para ilustrar a apontada precariedade na unidade produtiva de Camaçari, propomos o seguinte raciocínio: a Ford Nordeste produz 250 mil veículos²³ a cada 12 meses, o que dá uma média de 20.830 carros por mês. Estes 20.830 carros são produzidos por , aproximadamente, 8.500²⁴ empregados diretamente contratados que recebem, em média, uma remuneração fixa e predeterminada pela empresa mensalmente que, em valores aproximados, de 1.100²⁵ reais.

Imaginemos, pois, de outra sorte, que o trabalhador, ao invés de receber esta dada remuneração mensal (que nos impede de visualizar, de maneira clara e objetiva, a apropriação da mais-valia nas suas formas relativa e absoluta), recebesse sua remuneração por carro produzido. Perguntamo-nos então, quanto receberia ele?

Para respondermos este questionamento em valores lógicos aproximados, dividiremos a remuneração mensal do trabalhador pela quantidade de carros produzidos mensalmente. E isto o faremos, uma vez entendido que, se um trabalhador recebe 1.100 reais para produzir (em parceria com os demais trabalhadores) 20.830 carros, logo, para cada carro produzido, este mesmo trabalhador receberá apenas uma pequena fração destes 1.100 reais. Fração esta que equivalha aos 1.1000 reais divididos pelos 20.830 carros fabricados.

Assim concluímos que, cada um dos 8.500 trabalhadores, por terem participado do processo de produção e montagem dos veículos Ford, receberá, por cada carro fabricado 0,05 reais. Ou seja, 0,05 centavos por automóvel produzido! É válido ainda lembrar que esses mesmos carros²⁶ são vendidos a um preço médio dadivoso mercado nacional e internacional.

Não queremos com estes números aproximados, todavia, afirmar que o Complexo Industrial Ford Nordeste gaste com o fabrico de cada um seus veículos apenas 850 reais (equivalente à remuneração individualizada de cada um dos seus 8.500 funcionários diretos). Sabemos que os custos que se somam para a composição final do preço do produto incluem outros gastos relativos à aquisição da matéria prima, ao pagamento de seus fornecedores, à

²³ Dado disponível em: <<http://www.ford.com.br/>>, acessado em 09 de março de 2008.

²⁴ Dado disponível em: <http://www.fieb.org.br/guia/dados_industria.asp?industria=2732>, acessado em 09 de março de 2008.

²⁵ Dado fornecido pela FETIM (Federação Estadual dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica) em entrevista.

²⁶ A Unidade Produtiva de Camaçari produz os carros Fiesta Hatch, Fiesta Sedan, e os vários modelos do EcoSport.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

manutenção dos seus 512 robôs, ao investimento em iniciativas ambientais, à pesada carga tributária de nosso país²⁷, bem como a outros gastos tais que não nos cabem enumerar.

Entretanto, e aqui está o peso de nossa denúncia, é inimaginável admitir que os demais custos agregados²⁸ de um veículo, estes que ainda agora exemplificamos, acrescidos de uma margem de lucro “razoável” (estimada em 30%), resultem num montante equivalente ao preço cobrado hoje pelo produto final! São, portanto, matematicamente injustificáveis tais valores pagos, ainda que estes estejam plenamente de acordo com a nova lógica de exploração e precarização imposta pelos atuais moldes de produção.

No ano 2000, quando a Ford chegou à Bahia, encontrou a região metropolitana de Salvador, na qual se encontra inserido o município de Camaçari, com cerca de 370 mil pessoas desempregadas, ou seja, 24,8% de sua População Economicamente Ativa comprometida com a “miséria humana do desemprego”²⁹. Esta condição vergonhosa, aliada aos generosos benefícios fiscais deu a montadora grande vantagem no estabelecimento do preço da mão-de-obra daquela região. Assim, como o tem sido prática corrente em todo o “Sul do mundo”, a indústria instalou-se em Camaçari, por que sabia que lá poderia lucra fenomenalmente a custos baixíssimos.

Tal disparidade acentua-se ainda mais se compararmos a remuneração e os benefícios do funcionário da Ford Camaçari com o de qualquer outra Ford dos países desenvolvidos. Não queremos dizer com isso, insistimos, que o trabalho na montadora de qualquer um desses países não seja precário ou que não esteja em pleno processo de precarização e de intensificação. Acontece que a situação vivida pelos países subdesenvolvidos, beira a desumanidade. É sobre esta desumanidade, que se manifesta em suas mais variadas formas que buscaremos tecer alguns comentários a seguir.

²⁷ Observe-se que a Ford instalou-se na Bahia sob a promessa do então governador César Borges, com a aceitação do presidente Fernando Henrique Cardoso, que previa incentivos e renúncias fiscais num prazo de 15 anos, além de empréstimos bilionários para a instalação da fábrica. Lembremos que se a Ford chegou à Bahia em 2001, tais incentivos e renúncias só cessarão em 2016.

²⁸ Custos que se somam para a composição do preço do produto.

²⁹ Dados referentes ao ano de 2000 fornecidos pelo Seade/Dieese.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

3. - Confissões de “Umpa-Lumpa”³⁰: as doenças dos trabalhadores invisíveis

O esforço repetitivo nos tempos modernos

A modernidade, que hoje vive seu momento máximo de acirramento e contradição, legará para a posteridade uma verdade minimamente inconveniente: nunca antes o trabalho mutilou/invalidou/matou tanto quanto nos “áureos” tempos da racionalidade. E isto por que, a intensificação da exploração da atividade humana tem inovado sob determinados aspectos. O processo de reestruturação produtiva, ou as novas formas do trabalho providenciou que se produzisse, para a atualidade em números aterrorizantes, não só produtos mais modernos e diversificados, como os carros Ford, mas homens e mulheres doentes, condenados a uma vida inteira de desesperos e frustrações.

Em números, observaremos que, consoante os dados da Organização Internacional do Trabalho, por ano, cerca de 270 milhões de trabalhadores se acidentam em decorrência do trabalho, ao tempo que 160 milhões desenvolvem algum tipo de doença ocupacional, sendo que, deste montante, 2 milhões de pessoas vitimadas pelo trabalho vêm a óbito. No Brasil, só no ano de 2006, foram registrados 503.890 acidentes de trabalho, dentre os quais destacamos os 26.645 casos de doenças ocupacionais que variam de sinusites crônicas a transtornos mentais orgânicos ou sintomáticos não-especificados.

Desta realidade, como aponta a Organização Mundial da Saúde, parte considerável de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho encontra sua gênese numa antiga fórmula capitalista de produção: o trabalho monótono e repetitivo. Este modo organizacional de fabricar (que possui, como já denunciemos, sua base em fundamentações tayloristas) é entendida pelos profissionais da saúde enquanto ciclos curtos que se repetem por mais de 15 vezes por minuto ao longo do tempo da atividade executada, e que mobilizam mais de um sétimo da massa muscular corporal do trabalhador.

O trabalho ou o esforço repetitivo que, de certa forma, busca estabelecer uma rotina industrial “ameaçadora e degradante” para o caráter humano, é combinado, principalmente

³⁰ Umpa-Lumpas são os trabalhadores pigmeus (da obra fictícia de Roald Dahl: A Fantástica Fábrica de Chocolate) responsáveis pela produção do chocolate da fábrica de Willy Wonka.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

nos países subdesenvolvidos, com artifícios tecnológicos para o estabelecimento de metas de produtividades avassaladoras que devem ser cumpridas, no mínimo tempo estipulado. Como consequência, doenças que não são recentes, tais quais a LER/Dort vêm, sem dúvida, assumindo um caráter epidêmico, “sendo algumas de suas patologias crônicas e recidivas, ou seja de terapia difícil, por que se renovam precocemente quando da simples retomada dos movimentos repetitivos, gerando uma incapacidade para vida que não se resume apenas ao ambiente de trabalho”.

Trata-se, na realidade, de uma atualização ainda mais perversa e brutal daquele processo de adestramento físico e psicológico pelo qual passaram os operários da Ford “tempos modernos”. Atualização esta que, como nunca, serve à linha de montagem e que obedece ao ritmo da grande esteira de produção.

Inserida neste contexto, como aponta a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do município de Camaçari, a Ford Nordeste tem contribuído de maneira efetiva para a proliferação das doenças ocupacionais na região. Em agosto do ano de 2007, a título exemplificativo, já se havia registrado uma quantidade de denúncias, na mencionada DRT, contra a Unidade Produtiva, que ultrapassava os 300 casos.

Este mesmo esforço repetitivo, que lesiona e esgota o corpo do trabalhador, levando-o a uma intensa fadiga é também o responsável (haja vista que determina uma rotina monótona para os operários da fábrica) por uma série de distúrbios e transtornos mentais como bem aponta Dejours. Algumas dessas psicopatologias representam para os trabalhadores invisíveis, muitas vezes, obstáculos verdadeiramente intransponíveis. É, pois, na vida que corre em paralelo àquela que se desenvolve no ambiente de trabalho, que os transtornos relacionados à psique dos trabalhadores vão mostrar o seu lado mais obscuro, na criação de sofrimentos solitários.

Os aspectos psicológicos do sofrimento

Uma análise dos aspectos psicológicos do sofrimento nascidos em decorrência da exploração do trabalho é (e isto merece ser dito) uma tarefa extremamente complicada, dada a complexidade do tema abordado. Assim o são as psicopatologias sociais, uma vez que, para a

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

racionalidade burguesa, estabelecer um nexos de causalidade entre o mal sofrido e uma condição de vida que exprime com clareza o significado da expressão, miséria humana (já naturalizada) é tarefa pouco lógica e, por isto, pouco usual.

Se a causa imediata de determinado transtorno puder ser quantificada ou, concretamente observada, como no caso de episódios depressivos relacionados com a exposição de indivíduos a compostos químicos tóxicos, o nosso problema primeiro, o do nexos de causalidade, é, em parte minorado. Todavia, para as demais ocorrências em que não se identifique uma causa imediata, ou que não se estabeleça de pronto os agentes responsáveis e a proporcionalidade do risco da exposição aos indicados agentes, nada parece válido, nem explicativo.

Entretanto, o caráter epidemiológico de determinadas psicopatologias sociais, observadas e combatidas pela corrente metodológica de estudo alicerçada pelos entendimentos da psicodinâmica do trabalho, recentemente, passou a despertar uma série de discussões a cerca das conseqüências gravosas das más condições de vida e de trabalho dos indivíduos. Estas questões, levantadas atualmente no meio acadêmico, abordadas principalmente por Dejours, aponta a influência da organização do trabalho nas patologias sociais e indica a necessidade de se debater assuntos tais quais: o assédio moral, a sobrecarga de trabalho, a servidão voluntária.

Uma dessas doenças, não tão recentes, mas decididamente mais discutidas é a LER/Dort que, como vimos anteriormente pode decorrer de processos intensos (intensificados) e estressantes de trabalho, assim como da construção diária de uma rotina monótona e fatigante. Todavia, ainda há um direcionamento dado a boa parte da produção acadêmica no sentido de reforçar na doença sua condição subjetiva o que alicerça a negação radical do nexos das LER/Dort com o trabalho³¹.

Especificamente, a partir deste tipo de análise, de consideração do aspecto subjetivo, somático, plural da doença, dificilmente se estabelece uma causa, por parte do INSS, que não seja a doença reforçada pela culpa do próprio trabalhador.

³¹ (FARIAS, Raquel Fernandes Camargo, 2004).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nesta esteira, concluímos que, o nexos de causalidade que objetivamente não visualiza as condições reais do ambiente de trabalho oriundas das pressões sociais, do aumento da intensificação da exploração da mão-de-obra, coaduna com este sentimento reformista, conservador do qual se munem as autoridades públicas, assim como os donos das fábricas. Empurrar para o trabalhador a incompetência e a fraqueza de uma sociedade desigual estabelecida sob critérios individualistas e individualizantes será sempre a alternativa mais utilizada pelo capital, haja vista sua praticidade.

Assim, ficam claros os motivos que nos levam a crer, tomando como base o exemplo da LER/Dort, como e por que as psicopatologias sociais se tornam tão mais complicadas de serem combatidas pelos trabalhadores. Isto, sensivelmente, os coloca numa eterna posição de desvantagem e de hiposuficiência que, mesmo com base em diplomas legais, não conseguirão reverter.

As doenças do trabalho e a incapacidade material do Direito

Uma vez acidentado, ou adoentado em razão do trabalho, especificamente no Brasil, irá o trabalhador percorrer um longo e tortuoso caminho até que possa ser minimamente “protegido e respaldado” pelo Direito nesta luta contra o capital, haja vista sua notória e desvantajosa condição. Esta “via crucis” que começa com a *simples* emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que deve passar pelo crivo e aprovação dos médicos do INSS e, que, muitas vezes, precisa ser resolvida por tribunais altamente conservadores, caso resulte numa resposta positiva por conta da autoridade pública, dará ao reclamante alguns “benefícios” capazes de auxiliá-lo pelo tempo em que durar sua condição de hiposuficiência.

Assim, dentre os benefícios atribuídos àqueles comprovadamente acidentados ou adoentados *em função da atividade laboral* encontram-se: a impossibilidade de se reincidir seu contrato de trabalho no transcurso sua doença; seus 15 primeiros dias de afastamento pagos pela empresa; e, os demais dias (a partir do 16º seguinte ao do afastamento do trabalho) garantidos por um auxílio doença (auxílio doença acidentário para os casos de acidente) devido ao obreiro pela Previdência Social.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A contar do 16º dia, como já visto, quando o empregado afastado começa a receber seu auxílio previdenciário, a empresa deixa de ser obrigada a continuar lhe pagando o salário. Entretanto, deverá o empregador, mesmo após o 16º dia de afastamento do empregado, efetuar a contagem do tempo de serviço deste para efeito de indenização, estabilidade (parágrafo único do art. 4º da CLT) e incidência do FGTS (§ 5º, art. 15 da Lei nº 8.036/90). Além do mais, quanto ao “tempo de serviço para as férias (art. 131, III), exceto se o empregado tiver percebido da Previdência Social prestações por acidentes do trabalho por mais seis meses, embora descontínuos”³², deverá ser computado pela empresa.

Essas garantias, estipuladas para o trabalhador vítima da própria atividade laboral, incomodam sensivelmente as empresas. E isto por que, são esses dispositivos legais resquícios dos entendidos Direitos da 2ª geração que, embora tenham sido compatíveis com o modelo do *welfare state*, já não se aplicam aos parâmetros neoliberais. Destarte, as empresas, que são obrigadas como determina o art. 118 da Lei nº 8.213, dentre outras coisas, a garantir a estabilidade de seu funcionário acidentado por minimamente 12 meses, independentemente da percepção do auxílio doença, utilizam-se na vida prática, de uma série de artifícios para burlar o então legalmente estipulado.

Desta forma, conseguem as empresas demitir seus funcionários se eximindo assim, *ilegalmente*, de arcar com os custos que lhes são devidos, além de impedir, de toda a sorte o amparo previdenciário necessário ao trabalhador em sua condição de extrema fragilidade.

Como solução a esta falha oriunda do aspecto deontológico da própria norma jurídica, o Poder Legislativo estabeleceu para as Delegacias Regionais do Trabalho a competência de fiscalizar as empresas domiciliadas em sua área de atuação. Alguns destes dispositivos normativos ainda afirmam e reiteram a possibilidade das DRTs interditar setores, máquinas ou estabelecimentos “à vista de laudo técnico que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador”, bem como lavrar, mediante ação de seus agentes fiscais, autos de infração impondo, desta forma, uma multa aos estabelecimentos que atuarem de forma irregular.

³² (MARTINS, 2006).

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Todavia, mesmo com todo seu poder de polícia e liberdade de atuação, as DRTs encontram um sério problema nesta “quebra de braço” contra as corporações. Sua dificuldade deriva, principalmente, do que tange a atuação de empresas de grande porte, como no caso da Ford, que possuem um alto poder de barganha tendo em vista a larga influência (político-econômica) que essas corporações possuem sobre a região na qual se encontram instaladas. Somado a isto, observa-se o medo de que, uma vez interdita, a empresa resolva, a pretextos outros, “abandonar” o município em que estava sediada, deixando “à mingua” milhares de desempregados, indo-se instalar noutra região do sul do mundo, onde poderá ser menos exigida e melhor recompensada!

Sob estes parâmetros observamos que o Direito, cujo caráter cogente só se aplica, aos já espoliados, com a finalidade de garantir a segurança dos dominadores, não é mais do que um engodo social, nascido com a finalidade única de mascarar o dilema oriundo do choque entre as classes. Sua incapacidade material diante dos problemas do trabalho da modernidade traduz, de maneira bem objetiva, o tom falacioso do discurso que o prevê enquanto meio capaz de promover a superação dialética mais benéfica para a coletividade, assim como acentua aviltantemente sua essência ideológica e classista.

Nesta esteira, chegamos a um ponto de nossa viagem pelo interior da Fantástica Fábrica em que nos é indispensável perguntar-nos o que restará aos Umpa-Lumpas, uma vez completada esta estratégia posta em curso pelo capital, alimentada pelo Direito, sempre no sentido do lucro, da precarização e da intensificação do trabalho. E, mais importante, caberá de igual forma nos questionar sobre o que faremos para alterar este quadro diante de tudo o que já fora exposto.

4. - Que fazer?

A ideologia do progresso técnico

Muitas vezes somos levados a acreditar, (especialmente por que nos encontramos fundamentados pelos mesmos princípios responsáveis pela consolidação dos conceitos da racionalidade) que a cura para “o mal” do mundo moderno, o *subdesenvolvimento*, se dará,

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

inevitavelmente, pela via da modernização. Este tipo de pensamento, capaz de motivar as mais inflamadas defesas pela implantação de uma das Unidades Produtivas da Ford em Camaçari, é aquele que, de maneira falaciosa prevê o desenvolvimento técnico, ou a sociedade “pós-industrial” enquanto meio para a produção de uma aclamada sociedade da abundância, na qual as mazelas humanas serão alocadas para “ilhas de pobreza” oriundas do conformismo e da incompetência de uns poucos.

A objetividade científica trazida em meados do século XIX pelo “positivismo acrítico”, com os seus ditames anistoricamente determinados, atualmente, possui como meta precípua o estabelecimento desta sociedade em que se impere o alto consumo de massa como um remédio tecnocrático milagroso às privações de origem social nos países em “desenvolvimento”. Para tal, sob a bandeira de inúmeras revoluções (como bem indica Mészáros) buscou estabelecer-se como um contraponto lógico e irresistível ao perigo tentador das propostas marxistas. De todas essas revoluções, todavia, apenas aquela que, diga-se de passagem, mais interessava aos países subdesenvolvidos, foi inteiramente excluída: “a transformação revolucionária das relações sociais”³³.

Destarte, observamos que essas revoluções, antes de serem soluções para os problemas surgidos das contradições estruturais do capitalismo, fazem parte de um processo de racionalização ideológica das relações de exploração então estabelecidas. Encarar a aludida “Revolução Verde”, motivada pelos países centrais sob o pretexto da preocupação ambiental é, de outra forma, condenar a biosfera do Terceiro Mundo que arcará com ônus deste processo de desindustrialização dos países desenvolvidos. Assim, reiteramos, novamente as palavras do professor Mészáros que afirma ser “impossível implementar os frutos científicos da revolução *verde* sem o necessário fundamento social da revolução *vermelha*”.

Sob este viés, interpretamos a vinda das grandes corporações para os países periféricos como uma proposta bem estruturada de neocolonialismo. Trata-se da incorporação de antigas colônias às “perspectivas ideológicas do desenvolvimento correspondente à forma distintamente nova de integração e dominação global”. Estes países vítimas, ainda que

³³(MÉSZÁROS, 2004)

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

politicamente emancipados, uma vez incapazes de dispor duma espécie de autodeterminação econômica, comprometida pelo processo de globalização tecnocrática, não conseguem sentir mesmo o impacto potencialmente benéfico dos fatores tecnológicos.

Assim, descaracterizamos o progresso técnico e o visualizamos enquanto proposta de racionalização ideológica e “legitimação do injustificável”. Com isto, concluímos que a Ford jamais será da Bahia, como também, da Bahia jamais serão as suas implementações tecnológicas, as suas descobertas científicas. E isto por que, a fundo, não nos esqueçamos, a Ford se instalou na região metropolitana de Salvador com o intuito de produzir carros, não o de salvar pessoas de suas condições subumanas. Este último interesse nunca correspondeu à perversa lógica do capital.

Mecanismos legais e/ou extralegais: como resistir?

A este ponto, em nossa obra, diante de tudo então abordado, só nos resta defender irresolutamente a necessidade de condensarmos os nossos pensamentos a fim de, tendo-se observado a centralidade do trabalho enquanto fator *determinante* das condições sociais, resgatar o seu sentido dignificante (seu aspecto revolucionário).

Esta nossa luta incansável deverá, a todo o momento, ultrapassar os limites materiais da palavra morta, do pensamento estagnado, apontando, desta forma um sentido para *práxis*. Ou seja, devemos nos munir de mecanismos, sejam eles legais ou extralegais que possam nos orientar no intuito de responder as demandas reais de uma classe ainda existente (mais alienada, estranhada e ideologizada, do que nunca!), para que possamos resistir a esta proposta neoliberal que essencialmente nos “draga” a todos.

Trata-se, por tanto, de uma mudança de atitude, que seja capaz de abarcar a generalidade (complexidade) do conhecimento e de se manifestar nas suas mais variadas facetas. Pois que é preciso romper com esta hodierna *apatia acadêmica*, e fazer valer o caráter denunciatório da atividade científica, trazendo a baila das discussões que acontecem com “todo mérito” no interior das “grandes acrópoles” (insistimos) o mundo do trabalho enquanto nó central que amarra os muitos fios dialéticos da arte de viver em conjunto.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Unamos as nossas vozes às dos trabalhadores em suas paralisações, exijamos dos nossos pares um compromisso com a realidade, e estejamos bem atentos à fala doce e ludibriosa dos eternos donos das fábricas. Esta é a função primeira da academia! Não deixar passar em branco tudo o que já fora vivido e edificado pelas mãos calejadas dos que, simbolicamente, fizeram tinir os seus martelos ao logo de duras e penosas jornadas.

Sairemos desta Fantástica Fábrica, não fascinados como o pequeno Charlie e o seu avô neste conto que nos serve de base, mas indignados com a crueldade do senhor Wonka mascarada por todo aquele seu jeito benevolente e amistoso. A partir de então, já não comeremos mais dos seus apetitosos e variados chocolates. E isto por que descobrimos seu ingrediente secreto, aquele que é inegavelmente responsável por sua fama e sucesso: o doce sangue de seus operários.

Conclusão

Em tão poucas páginas, buscamos de alguma maneira, denunciar as novas formas, vis e desumanas, do processo produtivo, fomentadas pela incoseqüente, voraz e depredatória necessidade de acúmulo do capital, às quais se encontram subjugados os “novos proletariados”. Para tal, propomos uma viagem no interior do Complexo Ford Nordeste a fim desqualificar o “milagre empregatício” da unidade produtiva desta região, mostrando, com isto, umas de suas tantas e tantas cruéis facetas.

Assim, através de um repasse histórico, observamos como se deu/dá o processo de reestruturação produtiva que coaduna com as novas exigências do capital e, de posse deste arcabouço teórico, procuramos entender como as implicações desta reestruturação modificaram as condições de vida e de trabalho dos operários da Ford Camaçari. Neste ponto, concluímos que, por se tratar de uma fábrica das mais modernas, a unidade produtiva referida, inovou em conceitos administrativos e, de maneira à “desfordizar” sua linha de montagem, incorporou aos princípios da empresa parte da “filosofia oriental” da produção (o Toyotismo).

Os impactos sofridos pelos trabalhadores em decorrência de todas essas mudanças podem ser, por tanto simbolicamente representado, pelos níveis de intensificação da

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

produção, que são responsáveis pelo aumento considerável dos casos de acidentes e doenças ocupacionais no interior da fábrica.

Preocupamos-nos, ainda, em mostra como o Direito é ineficaz na “quebra de braço” contra a corporação que possui alto poder de barganha no que tange a fiscalização e regulamentação da fábrica, assim como, a restrição da atuação dos sindicatos, em face das novas exigências do capital, para então nos questionarmos qual o nosso papel, ou posicionamento para que possamos resistir a esta lógica perversa e autodestrutiva. Chegamos assim à conclusão de que, a nós, cabe romper esta inércia academicista que nos envolve, articulando as nossas vozes para que, em conjunto, e reconhecendo a condição determinante do trabalho, possamos erigir as bases de um movimento capaz de impor, historicamente, uma superação dialética, mais benéfica para todos.

Assim finalizamos nosso trabalho, reconhecendo suas limitações materiais, sejam elas dadas pela condição intelectual de seu autor, seja pelo insuficiente tempo obtido para a análise e produção de um artigo com um tema tão complexo e delicado, mas reafirmando sempre o nosso compromisso para com os trabalhadores da Ford Camaçari. Entendemos ser esta a hora e o motivo ideal para que possamos reescrever a história e que não existe maneira mais legítima de fazê-lo, senão ouvindo-a da boca daqueles que a carregam nas próprias costas diuturnamente. De seus misteriosos pigmeus, pobres e infelizes Umpa-Lumpas!

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7ª ed. rev. ampl. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BORGES, A., DRUCK, M. G. *Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho*. Caderno CRH, - Salvador, n.19, jul/dez. 1993. pp. 22-43.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimento para serviços de saúde*. Série A. Normas e Manuais Técnicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Legislação em saúde: caderno de legislação em saúde do trabalhador*. 2ª ed. rev. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

COMPLEXO Industrial Ford Nordeste. Disponível em: <<http://www.ford.com.br/>>. Acesso em 09 de março de 2008.

DAFT, Richard L. *Administração*. 4ª ed. trad. Fernando Gastaldo Morales. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2000.

DAHL, Roald. *A fantástica fábrica de chocolate*. trad. Dulce H. Vainer. 2ª ed. – São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

DEJOURS, Cristophe. *A banalização da injustiça social*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. *A loucura do trabalho: Estudo de Psicopatologia do trabalho*. trad. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Lea Ferreira -5ª ed. ampl. –São Paulo: Cortez –Oboné, 1992.

DRUCK, Maria da G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. – Salvador: Ed. EDUFBA, 1999.

FARIAS, Raquel Fernandes Camargo. *A lesão por esforço repetitivo e a saúde do trabalhador. Monografia (Curso de Especialização em Direito Sanitário – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca)*. – Brasília: 2004.

FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia). Disponível em: <http://www.fieb.org.br/guia/dados_industria.asp?industria=2732>. Acesso em 09 de março de 2008.

GOUNET, Thomas. “*Penser à l’envers... lê capitalisme*”, *Dossier toyotisme*. Etudes Marxistes, Bélgica, nº14, maio 1992.

HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do trabalho*. trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Eurenice. *Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento*. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil* – São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito do trabalho*. 22ª ed. – São Paulo: Atlas 2006.

Estudos do Trabalho

Ano I – Número 2 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. trad. Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ROSANDISKI, E. N. *Modernização produtiva e a estrutura do emprego formal nos anos 90*. Tese (Doutorado) – Campinas, SP: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002.